

# Fim do analfabetismo ainda vai ser o grande desafio dos anos 90

JOSÉ ROBERTO RUS PEREZ

O debate político em torno da educação nos anos 80 apresentou alguns contrastes importantes: a intensa expectativa de mudança, fundamentalmente nos dois pri-



meiros anos da Nova República, contra a frustrante realidade da atuação do Ministério da Educação e da Cultura, incapaz de amenizar e de levar à frente reformas e corrigir visíveis distorções do sistema educacional; o processo constituinte altamente participativo, resultando numa Constituição que ampliou os direitos à educação, e a difícil concretização destes últimos; a campanha eleitoral para presidente, possibilitando diagnosticar e debater amplamente a grave situação educacional do País e propostas de mudança pelos diferentes partidos, contra um candidato eleito que não definia a educação como uma prioridade.

## EVASÃO

A meu ver, para se pensar as perspectivas e os desafios para a década de 90, é necessário examinar o desempenho da educação brasileira no ano 80. No que se refere à educação básica, os principais indicadores configuram um quadro muito pouco animador. Em 1987, dos 33,9 milhões de estudantes no País, 76% encontravam-se no ensino fundamental, 10% na pré-escola, 10% no ensino médio e 4% no ensino superior. É verdade que, nos últimos anos, chegamos quase a concretizar a universalização do acesso ao ensino básico: mais de 90% de cada geração tem possibilidade de ingresso na primeira série desse nível e a taxa de escolarização da população de 7 a 14 anos é de 83%. Mas, infelizmente, não é universal a permanência do aluno no sistema: ao final da primeira série, quase metade dos alunos não obtém sucesso — ou são reprovados (34%) ou abandonam a escola (9%). Será que nenhum administrador se indigna com essas altas taxas de reprovação e evasão?

O analfabetismo, que mantém vínculos estreitos com o desempenho da educação básica, continua sendo um desafio a ser enfrentado: 19% da população de 15 anos ou mais (17,2 milhões) era analfabeta, em 1988.

Comopreende-se esse desempenho do sistema educacional ao se analisar os recursos destinados ao setor. As despesas do MEC passaram a representar em torno de 1,3% do PIB, nos últimos três anos, mas em 1980 elas eram de 0,7%. Houve também decréscimo dos recursos do Tesouro no gasto com educação. Mas a crise educacional reflete também um processo mais profundo de deterioração dos serviços públicos devido aos baixos salários, inexistência de carreira, má formação profissional, sistemas gerenciais inadequados etc.

A política educacional, no Brasil, vem sendo iníqua e ineficaz. A meu ver, isso tende a se agravar, caso persistam a falta de prioridade e o descaso do governo federal em relação à educação básica. Apesar da retórica social-democrata, a efetiva implantação de um modelo neoliberal do atual governo aponta para cenários pouco animadores para as políticas sociais.

Para se vislumbrar cenários mais "positivos", impõem-se uma reversão da política educacional em alguns aspectos fundamentais: melhor definição de competências entre União, Estados e Municípios, num esforço de conjugação de esforços; melhor uso e maior gasto público em educação, apesar da crise econômica; rompimento do círculo vicioso do binômio estatização x privatização; ênfase no sentido compensatório da política social.

Espera-se também que os governos estaduais a serem eleitos, proximamente, assumam uma política social mais equitativa, priorizando a educação básica.

Para a última década deste século resta ao País realizar a imensa tarefa não concretizada em, pelo menos, 40 anos: afastar-se do século XIX e aproximar-se do século XXI. A cidadania exige, para se concretizar, uma prioridade: educação básica.

□ José Roberto Rus Perez é pesquisador do Núcleo de Estudos em Políticas Públicas da Unicamp.